

§ 1º O valor do piso salarial de cada classe e de cada nível de habilitação das categorias funcionais é representado pelo vencimento a que se refere este artigo, aplicado os coeficientes mencionados no Anexo III desta Lei.” (NR)

“§ 2º O mês de abril de cada ano será considerado como data-base para a concessão da revisão geral anual aos servidores públicos do Poder Legislativo.” (NR)

“§ 3º O índice a ser utilizado para a revisão geral anual será segundo o valor do Índice de Preços ao Consumidor (IPCA) acumulado anualmente, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).” (NR)

“§ 4º A revisão geral anual incidirá sobre o vencimento-base, o qual será atualizado mediante lei, acompanhada de tabela atualizada no anexo, que deverá ser adotada para fins de cálculo de remuneração pelo setor de recursos humanos.” (NR)

Art. 6º - Fica alterado o § 3º do artigo 32 da Lei 3.468/2006:

“Art. 32 (omissis)

§ 3º - Aos servidores legalmente cedidos, seu enquadramento ocorrerá em seu retorno e o tempo de efetivo exercício prestado durante o período de cedência valerá para fins de carreira e benefícios.” (NR)

Art. 7º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ponta Porã/MS, 14 de novembro de 2017.

Helio Peluffo Filho
Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº. 172, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017.

“Dispõe sobre o reajuste de salário aos profissionais do magistério, referente aos meses de janeiro a abril de 2017, e dá outras providências”.

Autor: Poder Executivo

O Prefeito Municipal de Ponta Porã, Estado de Mato Grosso do Sul, fazendo uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, notadamente a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - Fica concedido o reajuste de salário aos profissionais do magistério, referente aos meses de janeiro a abril de 2017, no percentual de 7,64% (sete vírgula sessenta e quatro por cento), conforme Lei Complementar n. 167, de 11 de maio de 2017.

Parágrafo Único – O pagamento do reajuste de que trata o artigo 1º desta Lei Complementar será pago em 12 (doze) parcelas mensais, a partir de janeiro de 2018.

Art. 2º - Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Ponta Porã, MS, 14 de novembro de 2017.

Helio Peluffo Filho
Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº. 173, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017.

“Altera o Anexo I da Lei Complementar n. 155, de 07 de julho de 2016, e dá outras providências”.

Autor: Poder Executivo.

O Prefeito Municipal de Ponta Porã, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, notadamente a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Artigo 1º - O Anexo I da Lei Complementar n. 155, de 07 de julho de 2016, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Anexo I

Classes	N-I	N-II	N-III	N-IV	N-V	N-VI	N-VII	N-VIII	Médicos	PGM
A	937,00	939,40	941,82	945,26	947,73	949,21	951,72	1406,36	2932,77	7800,00
B	941,12	946,43	957,36	961,41	963,04	965,68	968,36	1476,67	3079,41	8190,00
C	947,35	954,72	961,71	967,72	972,52	980,32	985,17	1550,51	3233,37	8599,50
D	951,70	961,27	966,00	996,23	1001,20	1006,17	1011,20	1628,03	3336,33	9029,47
E	956,17	966,08	1011,26	1031,98	1037,13	1040,28	1047,49	1709,43	3564,79	9480,94
F	961,76	976,16	1043,52	1069,02	1074,35	1079,69	1092,09	1794,91	3743,04	9954,99
G	966,47	984,51	1076,81	1107,39	1112,91	1118,45	1140,04	1884,65	3930,19	10452,74
H	971,30	998,14	1111,17	1147,14	1152,86	1162,60	1189,30	1978,89	4126,70	10975,38
I	976,26	1015,05	1146,63	1188,32	1202,25	1212,52	1242,52	2077,83	4333,03	11524,15

Art. 2º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Ponta Porã, 14 de novembro de 2017.

Helio Peluffo Filho
Prefeito Municipal